

DECRETO Nº 7.102 DE 26 DE MARÇO DE 2024

Regulamenta a Lei nº 4.234, de 26 de março de 2024, que autoriza a abrir Crédito Especial ao Orçamento da Fiscal da Prefeitura Municipal de Miguel Pereira, no valor de R\$ R\$ 1.034.318,65.

O Prefeito Municipal de Miguel Pereira, usando das atribuições que lhe confere a legislação em vigor e com base na Lei Municipal nº 4.234, de 26 de março de 2024.

DECRETA:

Art. 1°) – Fica aberto Crédito Adicional Suplementar na Lei Orçamentária, na importância R\$ 1.034.318,65 (um milhão, trinta e quatro mil, trezentos e dezoito reais e sessenta e cinco centavos), à seguinte classificação orçamentária:

FONTE 1540 - R\$ 1.034.318,65 (Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos)

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO FUNDEB

PROGRAMA DE TRABALHO

10.01.000.12.361.017.2.142 - Desenvolvimento das Atividades Curriculares da Educação Básica - FUNDEB

ELEMENTO DA DESPESA:

31.90.11.01.1540 Vencimentos de Cargo Efetivo	R\$	1.034.318,65
---	-----	--------------

Art. 2°) - Os recursos para atender ao presente crédito são advindos do Resultado Financeiro do FUNDEB apurado em 31/12/2023, de acordo com o inciso I, do artigo 43 da Lei nº 4320, de 17/03/64 e parágrafo único do artigo 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF nº 101/2000), conforme demonstrativo abaixo:

CÁLCULO DAS DESPESAS EMPENHADAS COM RECURSOS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO DE 2023

Descrição	Valor	R\$	
Superávit financeiro do FUNDEB em 31/12/2022		R\$	2.342.027,49
(+) Receita FUNDEB recebida em 2023		R\$	23.736.087,51
(+) Receita aplicação financeira do FUNDEB de 2	023	R\$	629.164,22
(+) Ressarcimento efetuado à conta do FUNDEB e	m 2023 (1)	R\$	0,00
(+) Créditos outros (depósitos, transferências, etc)	em 2023 (2)	R\$	0,00
(+) Cancelamento de passivos financeiros (RP. out	ros) em 2023)	R\$	0.00



Total dos recursos financeiros em 2023

(-) Despesas empenhadas do FUNDEB em 2023 Superávit financeiro apurado em 31/12/2023 **R\$ 26.707.279,22** R\$ 25.672.960,57

R\$ 1.034.318,65

Art. 3°) – O impacto financeiro-orçamentário no exercício, de que trata o Inciso I, artigo 16 da Lei Complementar nº 101 de 04.05.2000 (LRF), será correspondente aos valores estipulados no presente Crédito, alterando-se o PPA, LDO e LOA.

Art. 4°) – O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Miguel Pereira, Em 26 de março de 2024

ANDRÉ PINTO DE AFONSECA Prefeito Municipal